

A INCLUSÃO ESCOLAR NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E AS CONTRIBUIÇÕES DO PSICOPEDAGOGO COM FORMAÇÃO CLÍNICA E INSTITUCIONAL

2019

Flávio Aparecido de Almeida

Graduado em Psicologia pela UNIFAMINAS.

Graduado em História pela UEMG.

Graduado em Pedagogia pela FINOM.

Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela UCAM.

Especialista em Neuropsicologia pela UCAM.

Especialista em Neuropsicopedagogia pela UCAM.

Especialista em Gestão de Saúde Mental pela UCAM.

Especialista em Psicologia Social pela INTERVALE.

Especialista em Ética e Filosofia Política pela INTERVALE.

.Especialista em Educação Inclusiva, Especial e Políticas de Inclusão pela UCAM.

Professor no curso de Psicologia na UNIFACIG.

.Mestrando em Ciências das Religiões pela Faculdade Unida (Brasil)

E-mail de contato:

flavio.a.almeida@hotmail.com

RESUMO

A inclusão escolar na rede regular de ensino tem se transformado cada vez mais numa realidade na educação brasileira. Dentre os desafios a serem superados, encontra-se a prática pedagógica dos professores, pois esta tem demonstrado não atender as reais expectativas dos educandos. Sendo assim, a presente pesquisa tem como objetivo investigar de que forma a inclusão escolar vem sendo realizada nos anos iniciais do Ensino Fundamental, assim como as contribuições da Psicopedagogia frente a este processo. É de suma importância a adoção de práticas pedagógicas que respeite o aluno, valorize suas habilidades, compreenda suas limitações e competências, proporcionando a ele condições para que possa se desenvolver e construir seu próprio conhecimento.

Palavras-chave: Inclusão, professor, psicopedagogia.

Copyright © 2019.

This work is licensed under the Creative Commons Attribution International License 4.0.

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>



A INCLUSÃO ESCOLAR

A inclusão escolar é uma temática que vem sendo discutida em diversos segmentos da sociedade brasileira, demonstrando que algumas mudanças têm sido realizadas na sociedade e especificamente na educação no que se refere ao respeito, direitos, e tratamentos das pessoas com deficiências.

A legislação brasileira avançou em vários aspectos, principalmente no acesso destas pessoas a educação, trabalho, saúde, porém não é suficiente para que a inclusão se efetive de forma eficaz.

No que concerne à educação, é necessário um preparo maior das escolas e dos profissionais, nos aspectos técnicos e estruturais que nela atuam para que recebam esses alunos proporcionando uma aprendizagem de qualidade e que atenda realmente às suas necessidades e expectativas.

A escola precisa rever a forma como encara a diferença e a diversidade, rompendo com a discriminação, estereótipos e abrindo espaço para a heterogeneidade, valorizando as peculiaridades de cada aluno, suas limitações, formas de ser e de conviver. Caberá ao professor ter uma prática pedagógica capaz de lidar de forma democrática e igualitária com todos os seus alunos, de forma que possam desenvolver suas capacidades e competências, num ambiente de respeito e de estimulação de novos saberes.

A pesquisa justifica-se por verificar a necessidade da ressignificação do trabalho voltado para a inclusão na escola, demonstrando que é preciso despir-se dos estigmas e preconceitos e que a diversidade possa ser respeitada, cabendo ao professor romper com práticas excludentes.

É importante que as práticas pedagógicas trabalhadas nas escolas possam ser repensadas, dessa forma se torna essencial a abordagem da Psicopedagogia como facilitadora da aprendizagem e instrumento capaz de colaborar na superação das dificuldades de aprendizagem.

Diante destas colocações a questão de pesquisa passar a ser: as práticas pedagógicas utilizadas pelos professores têm contribuído para o fortalecimento da inclusão escolar?

Para responder a estas questões o objetivo que norteia este trabalho é: Investigar de que forma a inclusão escolar vem sendo realizada na escola regular nos anos iniciais do Ensino Fundamental, assim como as contribuições da Psicopedagogia.

A metodologia a ser utilizada é a pesquisa bibliográfica em textos consagrados da literatura da área pesquisada, tais como: Bianchetti (2005), Prieto (2006), Sasaki (1997), Mittler (2005), contextualizam a deficiência mostrando como as mudanças na sociedade contribuíram para que em cada período histórico a deficiência fosse vista de determinada forma, com seus preconceitos, avanços, desafios e perspectivas.

A VISÃO HISTÓRICA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

A história da humanidade nos mostra que a pessoa com deficiência vem ao longo do tempo buscando lutar contra a exclusão, o preconceito e a discriminação, mostrando que o diferente sempre causou sentimentos diversos que vão desde a caridade até a estranheza.

A visão a respeito das pessoas com deficiência vem se modificando ao longo do tempo, sendo influenciada de acordo com a dinâmica cultural, das mudanças sociais, da ciência, da tecnologia, alterando a própria concepção de deficiência. Estas alterações acompanham o contexto histórico e cultural vivido em cada época, onde as crenças concebidas e a religiosidade estabelecida fizeram com que cada momento histórico tivesse um olhar diferenciado frente à pessoa com deficiência.

Bianchetti (2005) descreve que no período primitivo as forças produtivas eram escassas e o homem precisava sobreviver e contribuir para a manutenção do grupo. Como eram nômades, a pessoa deficiente passava a dificultar a sobrevivência do grupo tornando-se uma carga e era deixada a própria sorte. Esta ação de abandono realizada pelo grupo era uma seleção natural onde os mais aptos e fortes sobreviviam.

Em algumas civilizações registra-se também o extermínio devido o fato desses indivíduos representarem um peso morto, um fardo, ressaltando que o grupo não nutria nenhum sentimento de culpa frente a esta ação.

Sasaki (1997, p. 72) descreve que:

Consta em registros históricos em Roma Antiga as crianças nascidas com alguma deformidade ou conforme era descrito pelos romanos com “monstruosidade”, não sobreviviam, eram exterminadas, na maioria das vezes por afogamento.

No período de ascensão do Império Romano, encontramos o infanticídio e o abandono dos deficientes assim como a exploração de suas aparências e principalmente deformidades, em exposições onde estes eram utilizados de forma grotesca em espetáculos públicos, como em circos para ser motivo de riso e divertimento. Portanto, esta pessoa estava na mesma categoria de um animal circense (MITTLER, 2005)

Por outro lado, a deficiência também representava algo lucrativo, onde muitas crianças com deficiência foram utilizadas como pedintes nas ruas e também nos templos. Muitas crianças eram raptadas e seus corpos mutilados para este propósito.

Em Esparta afirma Mittler (2005), que devido à valorização do guerreiro e em toda a Grécia da beleza as crianças com deficiência eram alvo de extermínio, pelos gregos possuírem uma visão da força e do “belo” de forma tão relevante, não se admitia qualquer criança nascida com deficiência, pois representava uma agressão aos seus costumes e padrões estéticos, assim as crianças eram jogadas de penhascos e de abismos.

A Idade Média é marcada pela expansão das cidades e do aumento das epidemias, gerando doenças e o aumento de pessoas com deformidades e deficiências (MICHELS, 2010). O atendimento as pessoas com deficiência aumentam e eles são atendidos em abrigos, asilos, vivendo de caridade. Esta forma de tratamento dedicado a pessoa deficiente reforçava a segregação mantendo-os a margem da sociedade. O Cristianismo teve forte influência, pois implantou na sociedade uma relação de proteção e ao mesmo tempo de segregação. (MICHELS, 2010).

No final do século XIV, com o advento do Renascimento, que buscava a valorização do homem e do desenvolvimento do humanismo onde o avanço das pesquisas trouxe uma nova visão do deficiente.

Para Rosseto (2007) na Idade Moderna pode-se perceber um tratamento mais específico e diferenciado das atitudes sociais e mesmo no plano jurídico com relação às pessoas com deficiência. A preocupação com a locomoção e a inserção dessas pessoas no mercado de trabalho leva à invenção de cadeiras de rodas, melhoras nas bengalas, muletas, coletes, próteses, macas, veículos adaptados e outros equipamentos, fins do século XIX e no século XX.

A partir da Revolução Francesa (1789) até o século XIX, emerge o modelo da deficiência como questão médica e logo educacional, encaminhando o deficiente para viver em conventos ou hospícios (SASSAKI, 1997).

No século XX e XXI, a deficiência na sociedade e na escola coloca-se no centro dos debates, trazendo consigo ampla discussão sobre a participação desses indivíduos enquanto cidadãos possuidores de direitos e deveres.

Só a partir do século XX, junto com vários outros movimentos em prol da inclusão de segmentos marginalizados das sociedades, é que a inclusão das pessoas com deficiência ganhou projeção política e social, convertendo-se em disposições normativas de ordem internacional e nacional, dando, assim, expressão a seus anseios de dignidade, igualdade e cidadania.

O tema da inclusão escolar se mostra muito mais complexo do que se possa imaginar, para ser efetivado não basta somente providências baseadas na legislação ou no trabalho quase que exclusivo dos profissionais da educação, que nem sempre estão preparados para lidar com essa situação.

Segundo Lopes (2014, p. 27):

O processo de inclusão merece uma ampla e profunda reflexão, examinando seus dilemas e as condições que a tornam possível, para que a escola possa alcançar níveis mais altos de qualidade, pondo em observação a preparação e interação entre os docentes tanto do ensino regular quanto do atendimento educacional especializado para que o aluno esteja realmente incluído e não segregado.

Dessa forma, trabalhar com a concepção de educação inclusiva requer o entendimento de que incluir um aluno com deficiência não é apenas matriculá-lo na escola regular, é uma postura que ultrapassa os limites da burocracia e dos métodos e técnicas pedagógicos, representa a busca pela valorização das habilidades e competências dos indivíduos, reconhecendo que ele é um ser capaz de transformar e construir sua própria aprendizagem.

De acordo com Glat (2010) o mundo vem mudando em suas formas geográficas, em suas relações culturais e identitárias, mostrando que a escola tem a necessidade de acompanhar as inovações que surgem, mudando sua forma de encarar o conhecimento e a forma de ensinar.

Segundo Santos (2011, p. 60) é função da escola:

Oferecer a possibilidade de um trabalho crítico em sala de aula, onde o professor aprofunde sua compreensão sobre as mudanças pelas quais passa o aluno, além disso, que ele use de perseverança e criatividade para organizar e conduzir as situações-problemas de modo a garantir a participação e interesse dos alunos.

A escola para atender aos alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental deverá criar ações que contribuam para promover a autonomia, desenvolver habilidades intelectuais alternativas, ampliar a capacidade intelectual do aluno em um determinado conteúdo. Para tal, as metodologias, recursos e estratégias devem ser adequadas às características individuais do aluno.

Cabe aos anos iniciais do Ensino Fundamental, proporcionar espaço e oportunidade para a reflexão sobre a subjetividade de diversos temas, tais como: sexualidade, pobreza, violência, trabalho, etc., ressaltando formas diversas de compreender a realidade. E para tal o professor pode

utilizar diversos métodos dentre eles a produção de texto, a interpretação, a discussão de textos, a representação teatral, o debate sobre filmes, os trabalhos artísticos, etc.

E para que se rompa com os preconceitos é preciso que os professores diversifiquem suas metodologias de forma que inclua em seu programa de ensino diferentes formas de aprender, através de diferentes recursos, materiais, possibilitando a aprendizagem em diferentes ritmos e de diferentes maneiras.

Quanto ao papel do psicopedagogo Clínico e/ou Institucional, através de sua atuação, poderá contribuir para romper com os obstáculos relacionados ao processo de ensino e aprendizagem, auxiliando os professores na busca de caminhos alternativos e de práticas diferenciadas que possibilitem um trabalho psicopedagógico em busca da melhora na qualidade do ensino.

Cabe ao psicopedagogo realizar um trabalho de prevenção, o olhar do psicopedagogo pode dar uma solução mais efetiva a determinadas situações que podem causar transtornos no âmbito escolar, como por exemplo, o preconceito e a discriminação.

Para Scoz (2010, p. 85):

O psicopedagogo necessita aproximar os professores de diferentes níveis e estimulá-los a pensar de forma multidisciplinar, levando-os a trocas de experiências, bem como a descobrir os interesses dos alunos, procurando por meio de suas necessidades, motivar os professores a realizarem algumas ações na prática pedagógica visando um pensamento mais integrativo.

As propostas de intervenções nas escolas resultam em mediar situações que levem todos a modificarem suas atuações visando a melhoria do processo ensino-aprendizagem, o que resultará em mudanças estruturais, de pensamento, de consciência e de comportamento de todos os envolvidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão sobre inclusão nas escolas tem sido um tema muito polêmico e ao mesmo tempo importante para a construção de uma escola democrática e um ensino de qualidade. Esta discussão precisa ser coletiva, ter objetivos claros e concretos que vissem encontrar alternativas viáveis para os impasses e expectativas da comunidade escolar, visando o rompimento de ações excludentes e preconceituosas.

Caberá ao psicopedagogo com formação clínica e/ou Institucional em parceria com o professor e todos os envolvidos no processo educativo, colaborar como mediador frente ao

processo ensino-aprendizagem criando na escola espaços para trocas, informações, estudos, construção de novas estratégias e metodologias que possam estar voltadas para a valorização do saber do aluno, respeitando a complexidade, os limites e as potencialidades que eles apresentam, somados à bagagem de conhecimentos adquiridos no cotidiano. Somente assim estaremos construindo práticas inclusivas voltadas para a construção do saber, eliminando atitudes de exclusão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIANCHETTI, L. **In/exclusão no trabalho e na educação**: aspectos mitológicos, históricos e conceituais. Campinas: Papyrus, 2005.

GLAT, R. (Org.). **Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: Ed. 7 Letras, 2010.

LOPES, J. C.; PULINO, L. H. C. Z. **A formação de professores para a inclusão escolar de estudantes autistas**: contribuições psicopedagógicas. Brasília, DF, 2011. 44 f. Trabalho Final de Curso (Especialização em Psicopedagogia) - Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2014.

MICHELS, M. H. Gestão, formação docente e inclusão: eixos da reforma educacional brasileira que atribuem contornos à organização escolar. **Revista Brasileira Educação**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 33, p. 406-423, set. /dez. 2010.

MITTER, Peter. **Educação inclusiva**: contextos sociais. São Paulo: Artmed, 2005.

PRIETO, Rosângela Gavioli. **Políticas públicas de inclusão**: compromissos do poder público, da escola e dos professores. São Paulo: Cortez, 2005.

ROSSETO, M. C. **Falar de inclusão... falar de que sujeitos?** In: Lebedeff, T. B. Pereira. Educação especial – olhares interdisciplinares. Passo Fundo: UPF Editora, 2007.

SANTOS, Mônica Pereira; MELO, Sandra Cordeiro de. (Org.) **Inclusão em Educação: diferentes interfaces**. Curitiba: Editora CRV, 2011.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 3.ed. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SCOZ, Beatriz J. L. et alli (Org.). **Psicopedagogia: o caráter interdisciplinar na formação e atuação profissional**. 1a reimpressão. Porto Alegre: Artes Médicas, 2010.